

Ensino (Contextualizado) no Semiárido Nordestino

Lia Moreira Farias; Fábio Freitas Schilling Marquesan

Universidade de Fortaleza-Unifor, lmoreirafarias@gmail.com, marquesan@unifor.br

Resumo do artigo:

Nosso objetivo com este trabalho foi compreender a maneira como a questão da convivência com o semiárido nordestino brasileiro é trabalhada em escolas públicas do interior. Para tanto, empreendemos uma revisão de literatura que identificou publicações que versam sobre temas como o semiárido, a convivência com a seca e a educação contextualizada. Tendo compreendido, ainda que de forma parcial, como a temática ao menos deveria ser abordada pelas escolas situadas no semiárido, partimos para a etapa empírica da pesquisa. Nessa fase, foram visitadas escolas no município cearense de Sobral, que a despeito de estar localizada na região semiárida (onde, segundo a literatura, as condições de vida são mais precárias), é a cidade cearense que possui o mais alto Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Nessas visitas, pudemos entrevistar gestores de cinco escolas, sendo três municipais e duas estaduais. Dentre os achados, constatamos que há um esforço por parte das escolas no sentido de promover a contextualização do ensino, sobretudo no fundamental. Mas isso ainda é feito de maneira discreta. Pontuamos, ademais, e, a título de reforço, que a pesquisa de campo foi realizada em Sobral, o que pode não refletir, exatamente, o que acontece em outros municípios do semiárido que não apresentam índices tão altos de desenvolvimento.

Palavras-chave: nordeste, protagonismo-social, ensino.

Introdução:

Desde o início do processo de colonização por representantes da coroa portuguesa, o semiárido brasileiro enfrenta, além dos problemas de ordem ambiental, a carência de ações públicas efetivas que visem a uma melhor convivência da população com essa região. O antigo paradigma do combate à seca está intimamente ligado à ideia de indústria da seca, pois faz uso de métodos emergenciais como o emprego de carros-pipas, escavação de poços e construção de açudes (muitas vezes em terras de latifundiários), além de outras formas de conter os efeitos da seca na vida das pessoas. Schroeder (2013) explica que um dos efeitos desta prática é que as pessoas passam a acreditar na incapacidade delas próprias e na inviabilidade da região, prevalecendo a imagem de um lugar inóspito por natureza e de seres humanos inferiores. Uma saída para esse estado de coisas pode ser a educação, que segundo Silva *et al.* (2009), é um dos instrumentos de construção da cidadania plena e uma condição para a formação de um projeto de emancipação no semiárido.

Mesmo tratada na Constituição Federal de 1988 com um direito de todos os brasileiros, a educação no semiárido foi historicamente negada como uma prioridade ao povo que o habita. Educação esta que muitas vezes não exerce a contento sua função como instrumento de emancipação social, pois os referencia como flagelados e os leva, por vezes, a consequências sociais perversas, como o êxodo rural. Vale lembrar que o termo “flagelado” dilui os sofrimentos e a própria configuração sociológica daqueles que realmente sofrem a tragédia da seca, o que fica muito mais claro quando se usa o termo *retirante* (Neves, 2003).

Uma possível alternativa para alguns dos problemas sociais que se abatem sobre a população que habita o semiárido é a adoção de uma metodologia de ensino que abranja experiências reais e que promova um processo de autoconhecimento do sertanejo. A educação contextualizada, que pode ser comparada em alguns aspectos com a chamada pedagogia da alternância, mistura um período de convivência na sala de aula e outro no campo, visando, por exemplo, à diminuição do abandono escolar em áreas rurais. A contextualização da educação abrange aspectos como a construção do currículo escolar e sua concentração em temas como educação ambiental, cultura e história, além da ênfase que pode ser dada a outras potencialidades locais.

De acordo com Beane (2003), mais importante que uma abordagem curricular que vise simplesmente ao ingresso de estudantes no mundo acadêmico das universidades, é ter uma pedagogia que tenha um propósito mais amplo, que propicie um desenvolvimento saudável e experiências que promovam uma vivência democrática. Beane (2003) explica que a implantação de um currículo centrado em problemas “corporiza” a ideia de que o modo de vida democrático envolve trabalho colaborativo nas questões comuns.

Nossa revisão identificou a maneira como a educação contextualizada deve ser trabalhada no âmbito do semiárido nordestino. Entretanto, não conseguimos encontrar trabalhos que dessem conta do modo como, de fato, isto é, “na prática”, é trabalhada a questão da convivência com o semiárido brasileiro em escolas do interior. Essa é, pois, nossa questão norteadora: compreender a maneira como a questão da convivência com o semiárido nordestino brasileiro é trabalhada em escolas públicas do interior.

Quanto à organização do texto, pensamos que seria adequado dividir o referencial em dois momentos. O primeiro contextualiza de forma breve o semiárido brasileiro, enfatizando o que acontece no estado do Ceará, contemplando seus aspectos físicos e sociais. Já o segundo momento descreve a conjuntura da educação pública no Brasil. Em seguida descrevemos, em linhas gerais, o método por meio do qual realizamos o trabalho, que consistiu, basicamente, na realização de

entrevistas com gestores de escolas e observação *in loco*. A última seção traz os achados e os discute à luz do corpo teórico pesquisado, de modo a tecer conclusões válidas.

Metodologia:

Realizamos uma pesquisa empírica em cinco escolas do município de Sobral, sendo três delas de ensino fundamental e duas de ensino médio. Sobral dista 206 Km da capital Fortaleza, tem aproximadamente duzentos mil habitantes e, atualmente, conta com o quinto maior Ideb do Brasil e o maior no Estado do Ceará. Isso implica o que entendemos ser, talvez, uma limitação do nosso método, pois a literatura dá conta de uma realidade vivenciada pela população do semiárido que, eventualmente, pode destoar daquela experimentada pelos habitantes de Sobral, município tido como exceção em meio às duras condições de vida compartilhadas por quem habita a região.

Em termos técnicos, a pesquisa configura-se como um estudo qualitativo interpretativo básico, que de acordo com Merriam (2002), é o segmento em que o pesquisador está interessado em entender como os participantes dão significação a uma dada situação ou fenômeno. A autora explica que na condução de um estudo qualitativo básico, procura-se descrever um processo, além de captar a perspectiva dos sujeitos nele envolvidos. As informações e dados utilizados no trabalho foram levantados por meio de entrevistas e observações, sendo o resultado descritivo. O primeiro pré-requisito da pesquisa qualitativa é a concepção de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é feito por pessoas em suas vidas habituais, mas nem sempre sob as condições que elas mesmas estabeleceram (BAUER; GASKELL, 2002).

As entrevistas foram feitas de forma semipadronizada, contendo os elementos descritos por Flick (2004). A pauta foi dividida em tópicos introduzidos por questões abertas e finalizados com perguntas baseadas nas discussões apresentadas pelos entrevistados. A entrevista foi organizada pelos seguintes tópicos: currículo, material didático, educação ambiental e/ou contextualizada e interação família-escola. As perguntas, iguais para todos os entrevistados, foram respondidas pelos diretores e em alguns casos por coordenadores pedagógicos das escolas.

As perguntas foram respondidas por pessoas-chave nas próprias escolas de ensino fundamental. Nessas ocasiões, as visitas foram divididas em dois momentos: conhecer a estrutura física da instituição e, em seguida, passar à gravação de voz do entrevistado. Apesar de estarem localizadas no mesmo distrito e a poucos quilômetros de distância, destas três escolas, apenas uma não era considerada “de campo”. Esta denominação não é clara para os próprios membros das escolas, que não souberam explicar os requisitos para a classificação.

Devido ao fato das escolas de ensino médio não serem de responsabilidade da Secretaria de Educação do município, em nosso primeiro contato, levamos mais tempo para conseguir algumas indicações de escolas estaduais com o 6º CREDE (Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação). Por isso, os gestores dessas escolas não puderam ser visitados pessoalmente e as respostas ao roteiro de entrevistas precisaram ser coletadas por e-mail.

Quanto à descrição dos passos necessários à consecução da pesquisa, vale apontar que inicialmente fizemos contato com a secretaria de educação da cidade de Sobral, que nos indicou os nomes de três escolas de ensino fundamental. Foram feitas duas viagens de Fortaleza a Sobral, para que as entrevistas fossem feitas nessas instituições. Percebemos que o conteúdo das respostas às entrevistas feitas por e-mail foi menor se comparado às entrevistas que foram feitas pessoalmente. O principal empecilho para a realização da pesquisa em campo foi a distância entre as duas cidades. No entanto, todos os entrevistados foram receptivos e estavam dispostos a estabelecer um diálogo longo e proveitoso.

Resultados e discussão:

O semiárido brasileiro é o maior do mundo em extensão. Sua área tem cerca de 900.000 km² e abrange todos os estados do Nordeste. O termo “semiárido” faz referência à aridez; condição essa que é causada por aspectos naturais, como o fator climático e a irregularidade das chuvas, e também pela forma como a região é explorada; por vezes, a partir de práticas que envolvem desmatamento e queimadas da vegetação que compõe o bioma caatinga, além da provável contaminação do solo e da água com agrotóxicos nos locais onde se pode praticar algum tipo de agricultura (SCHISTEK, 2013). Devido aos baixos índices de desenvolvimento social, o semiárido é frequentemente relacionado (e reduzido) à imagem de um lugar de condições climáticas adversas, refém de políticas assistencialistas de emergência e habitado por pessoas desnutridas, incapazes intelectualmente e condenadas à fome e à miséria. Isso tem se perpetuado após séculos de exploração excessiva e políticas públicas ineficientes, que na maioria das vezes não oferecem meios de desenvolvimento e mantêm as práticas assistencialistas. Segundo Freire (1987, p. 57): “O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que impondo ao homem mutismo e passividade, não oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a ‘abertura’ de sua consciência que nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica.”

A ideia de convivência com o semiárido se sobrepõe à antiga proposta de “combate à seca”, como explica Schistek (2013): “não se pode combater ecossistemas, variações climáticas, direção de ventos e sol. É preciso haver políticas públicas que façam a região produzir de maneira segura

para si e para o mercado, viver sem catástrofe, exatamente com este clima que temos”. Outro direito historicamente negado ao povo do semiárido foi a educação que está prescrita na Constituição Federal de 1988 como direito de todos e dever do Estado e da família. As iniciativas do Estado durante o século XX – sob a denominação de Educação Rural ou Educação para Comunidades Rurais, destinada ao campo, mas concebida a partir do olhar da cidade, descolada da cultura rural – efetivaram-se mediante a transposição de conteúdos referenciados na realidade urbana, fazendo-se, quando muito, adaptações e/ou adequações (SILVA et al., 2009). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regula a educação brasileira baseando-se na Constituição de 1988 garante, no Art.28, que na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias para sua adequação às peculiaridades da vida no campo e de cada região. Essa possibilidade se aplica principalmente quando se trata de conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das zonas rurais.

Quanto ao currículo e material didático:

Assim como todas as outras escolas públicas do Brasil, as escolas entrevistadas recebem seu material didático através do Programa Nacional do Livro Didático-PNLD, que vem do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação-FNDE, uma autarquia do Ministério da Educação. Tanto em escolas de ensino médio como de ensino fundamental, a escolha do material é feita por membros da escola como professores, diretores e assistentes pedagógicos.

A escolha dos livros é feita por meio de discussões entre professores e coordenadores pedagógicos das escolas, até se chegar a um consenso. Os professores fazem relatórios e os encaminham às coordenações pedagógicas, que comunicam a escolha de seus livros para a prefeitura, já que a escolha é unificada por município. Os critérios para a escolha são: cultura local, linguagem acessível aos alunos, diretrizes da política municipal da educação e a realidade da escola. Foi explanado que os livros didáticos do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) de escolas consideradas “do campo” se diferem dos de escolas “urbanas”. O Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, define escola do campo como aquela localizada em área rural ou aquela em área urbana que atende predominantemente populações do campo. A medida foi criticada pelos professores entrevistados, que explicaram que o material disponibilizado ao ensino fundamental I do campo é significativamente inferior ao da cidade (três matérias podem ser reduzidas a um só livro).

Devido à falta de aprofundamento dos conteúdos, as coordenações pedagógicas de algumas escolas complementam este material com outras apostilas disponibilizadas pela secretaria de educação do município. No ensino fundamental II, os livros didáticos do campo e da cidade passam a ser os mesmos. Quanto à formação do currículo, é obrigatório que obedeça à orientação do Plano Nacional de Educação-PNE, estruturado a partir de uma base comum e também há opção de ter uma parte diversificada. A parte “diversificada” favorece que a escola trabalhe com temas de sua realidade, com seu contexto, temas que alguns entrevistados chamaram de transversais. Dentre as questões citadas se destacam: trabalho infantil, gravidez na adolescência e seca. A escassez da água foi citada tanto como tema transversal como em matérias regulares. Quando questionados sobre a contextualização do conteúdo à realidade do semiárido, os diretores entrevistados explicaram que em algumas disciplinas, a possibilidade de adequação à realidade é maior do que em outras. Em uma das escolas foi citado um projeto, cujo objetivo era instigar a conscientização ambiental na região, que aconteceu entre a escola e uma ONG ambiental, com o apoio da Prefeitura Municipal, em que os alunos, sob a orientação dos professores de ciências, plantam espécies catalogadas de árvores nativas da região. Em todas as escolas entrevistadas, quando questionadas em que momento as questões ligadas à região do semiárido, responderam que isto acontece nas disciplinas de geografia e ciências (em escolas de ensino fundamental. Em todas as escolas entrevistadas, quando questionadas em que momento as questões ligadas à região do semiárido, responderam que isto acontece nas disciplinas de geografia e ciências (em escolas de ensino fundamental).

Quanto à educação ambiental contextualizada:

Durante as entrevistas, foi esclarecido que questões relacionadas à educação ambiental são interdisciplinares, ou seja, estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou áreas de conhecimento. Em todas as escolas, o estudo do bioma caatinga fica a cargo das disciplinas de geografia e ciências (biologia nas escolas de ensino médio). Os educadores argumentaram que a educação ambiental contribui para que os jovens sejam protagonistas de ideias que preservem o ambiente em que moram e evitem o mau uso da terra, como queimadas e métodos exploratórios que afetem a vegetação local. Em mais de uma escola, os alunos trabalham com hortas comunitárias, iniciativa que tem intenciona informar os alunos sobre a perspectiva de trabalhar com agricultura familiar, que atualmente é um dos subsídios para a merenda escolar. No distrito onde as escolas estão localizadas, a maioria das fontes de renda vem de pequenos comerciantes e agricultores, não há desenvolvimento industrial. No âmbito da escola, os professores se questionam se o mau trato do

solo acontece por carência de recursos ou simplesmente por falta de informação. Como membros da região, isto é algo que os preocupa, pois, segundo eles é cada vez mais difícil encontrar algum que queira continuar na região para trabalhar com agricultura. Além do plantio na escola, alunos e funcionários aprendem a fazer um melhor uso dos recursos naturais por meio das cisternas instaladas nas instituições. No ensino médio, o tema é discutido de forma multidisciplinar, mas predominantemente teórica através de atividades como debates sobre o consumo de água, energia elétrica, materiais em geral e alimentos.

Quanto à interação família-escola:

Mesmo sendo oferecida pelo Estado, a educação também se desenvolve na vida familiar, nas relações pessoais e na cultura. Bourdieu (1998) explica que cada família transmite, mais indireta que diretamente, certo capital cultural (conceito utilizado pelo sociólogo para classificar subculturas de classe ou de setores de classe (SILVA, 1998). Bourdieu (1998, p. 41) afirma que “A influência do capital cultural pode ser percebida na relação entre o nível cultural global da família e o êxito escolar do aluno.” Em leituras prévias, discutiu-se que é comum que as famílias deleguem à escola toda a responsabilidade da educação das crianças e jovens (SILVA et al, 2009). Quando questionados sobre esta afirmação, as respostas refletiram uma mesma realidade. Foi explicado que, por diversos motivos, é comum que a escola não consiga estabelecer uma boa comunicação com pais e responsáveis de seus alunos, devido à distância física entre a instituição e a casa onde o aluno mora, a baixa instrução da família e negligência por parte dos responsáveis. Foi argumentado pelos educadores que a escola molda através da instrução e que a falta de incentivo dos pais diminui as chances de um bom desempenho. No ensino médio, um fator observado pelos diretores entrevistados foi a relação entre faixa etária dos alunos (entre 14 e 16 anos) e a autonomia que eles começavam a ter de seus pais, pois a escola pode se tornar desinteressante por ser distante da realidade social deles. Em relação à responsabilidade da educação ser transferida totalmente para a escola, as respostas foram unânimes e confirmaram a hipótese.

Conclusão:

Constatamos que a preocupação em informar e conscientizar os alunos sobre questões ambientais locais é algo recorrente para os professores entrevistados. Foi dito que por meio de conteúdos de sala de aula, ou até mesmo de fora dela, a questão da falta de água e suas consequências são discutidas diariamente, principalmente em escolas do ensino fundamental.

Mesmo a seca sendo uma adversidade, os educadores estão cientes de que a falta d'água não é mais um problema apenas dos moradores do semiárido, mas uma preocupação global. A educação contextualizada parece não ser algo bem expandido no meio escolar no semiárido nordestino, pois baseado em um primeiro olhar percebe-se que há incentivo dos docentes para que os alunos entendam a importância da sustentabilidade, mas ao mesmo tempo existe uma carência de conteúdos ligados à cultura local; não só à educação ambiental. Em nossa revisão de literatura, muito se falou sobre os estereótipos aos quais os habitantes do semiárido são reduzidos e à ideia de que são incapazes de progredir, visão que não condiz com a realidade observada, pois na pesquisa, conhecemos escolas que mesmo com poucos recursos, fazem parte de uma rede municipal que há três anos atingiu o quinto maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Brasil e o mais alto do Ceará.

Concluimos que mesmo que já existam iniciativas internas e externas às escolas, para que se aprenda dentro de sala de aula a como ter uma melhor convivência com o semiárido, ainda há um longo caminho a ser percorrido até que a contextualização realmente reflita na vida dos estudantes. Constatamos que mesmo com a representatividade dos resultados positivos da educação local, existe uma grande tendência ao êxodo por parte dos estudantes. A educação ambiental não tem uma disciplina exclusiva para si, mas é abordada mesmo que indiretamente nos projetos de ciências e geografia e posta em prática em atividades interdisciplinares, aproximando os estudantes ao tema. Infelizmente, em relação aos livros didáticos, as escolas do campo que abrangem o ensino fundamental I (1º ao 5º ano) ainda se consideram em desvantagem, pois, segundo os professores entrevistados, o conteúdo do material, que é diferente do das escolas urbanas, destinados a esses anos letivos é considerado inferior e insuficiente. Para futuras pesquisas, sugerimos estudar os efeitos da contextualização do ensino escolar na vida dos alunos. Ou seja, para além da compreensão de como a educação é trabalhada no âmbito escolar (na visão dos gestores das escolas, como foi feito nesta pesquisa), torna-se importante investigar o modo como essa educação se concretiza no cotidiano dos alunos assistidos.

Bibliografia:

BAUER, M. B.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Petrópoles: Vozes, 2002.

BEANE, J.A. Integração curricular: a essência de uma escola democrática. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.2, p.91-110, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/beane.pdf>>. Acesso em: 24 mar.2016.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 12. ed. Petrópoles, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841 .

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Nova delimitação do semiárido brasileiro**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763&groupId=24915 >. Acesso em: 26 jun. 2016.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil básico municipal de Sobral 2015**. Fortaleza: IPECE, [2016?]. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2015/Sobral.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Um retrato do semiárido cearense. Fortaleza: IPECE, 2010. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_76.pdf >. Acesso em: 2 jun, 2016.

CONTI, L. I.; SCHROEDER, E. **Convivência com o semiárido brasileiro**: autonomia E protagonismo social. Brasília: IABS, 2013.

_____. **Estratégias de convivência com o semiárido brasileiro**: Textos e artigos de alunos(as) participantes. Brasília: IABS, 2013.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA-UNICEF. **Educação contextualizada: prática de ensino que fortalece o conhecimento sobre o semiárido**. Disponível em:
<http://www.unicef.org/brazil/pt/kit_pautas.pdf > Acesso em: 9 abr. 2016.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA-UNICEF. **Educação contextualizada: prática de ensino que fortalece o conhecimento sobre o semiárido**. Disponível em:
<http://www.unicef.org/brazil/pt/kit_pautas.pdf >. Acesso em: 9 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2014. Disponível em
<ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.pdf
>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. Índice de desenvolvimento humano municipal Ceará – Sobral. Disponível em:
<[http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=23&codmun=231290
&idtema=118&codv=v01&search=ceara|sobral|sintese-das-informacoes-](http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=23&codmun=231290&idtema=118&codv=v01&search=ceara|sobral|sintese-das-informacoes-)
> Acesso em: 20 jun. 2016.

LOUREIRO, C. F . COSSIO, F. B. M. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios
In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA –
UNESCO. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília:
UNESCO, 2007.

MENEZES, A.C.S. Educação do campo semiárido: fundamentos e práticas do currículo contextualizado. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.18/19, n.1/2, p. 245-263, jan.- dez. 2009/2010. Disponível em:
<<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/20443/11310>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

MERRIAM, S. B. Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis. California: Jossey-Bass, 2002.

PINTO, E.B. ; LIMA, M.J.A. A contribuição da educação ambiental numa experiência de desenvolvimento local sustentável. In: CONGRESSO DE GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA, 4, Madrid, Anais... Madrid, 2004. Disponível em:

<http://www.fundaj.gov.br/geral/nesa/textos/a_contribuicao.pdf> Acesso em: 12 mar. 2016.

SILVA, A .A. Educação ambiental no semiárido nordestino: apontamento de pesquisa e notas sobre a prática educativa. Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade – www.uff.br/revistavitas Nº 1, set. 2011. Disponível em:

<<http://www.uff.br/revistavitas/images/artigos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20AMBIENTAL%20NO%20SEMI%C3%81RIDO%20NORDESTINO%20por%20Tarcisio%20da%20Silva.pdf> > . Acesso em: 30 abr. 2016.

SILVA, A.P. da ; DANTAS, D. N. ; BUENO, R, J. Construindo a educação para a convivência com o semiárido. OKARA: Geografia, João Pessoa, v.3, n.1, p. 128-148, 2009. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/9008/4724>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

SILVA, G.O.V. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. Informare- Cadernos do Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.24-36, jul./dez. 1995. Disponível em:

<<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>> . Acesso em: 16 maio. 2016.

SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2006. Disponível em:

<http://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/tese_Convivencia_semiarido_Roberto_Marinho.pdf >. Acesso em: 20 fev. 2016.



QEdU. Sobral Ideb 2013. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/3692-sobral/ideb>>

Acesso em: 15 jun. 2016.

(83)
3322.3222
contato@conid
is.com.br

www.conidis.com.br